

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 80 - MAIO 2021



PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO AFONSO COSTA

Fora da ordem

Expostos à Covid-19 há mais de um ano, e com mais de 8 mil casos da doença somente em 2021, os empregados da Caixa seguem de fora do Plano Nacional de Imunização. Como bem disse Caetano Veloso, “alguma coisa está fora da ordem”.

Página 3



FUNCEF

Arbitrariedade da Caixa

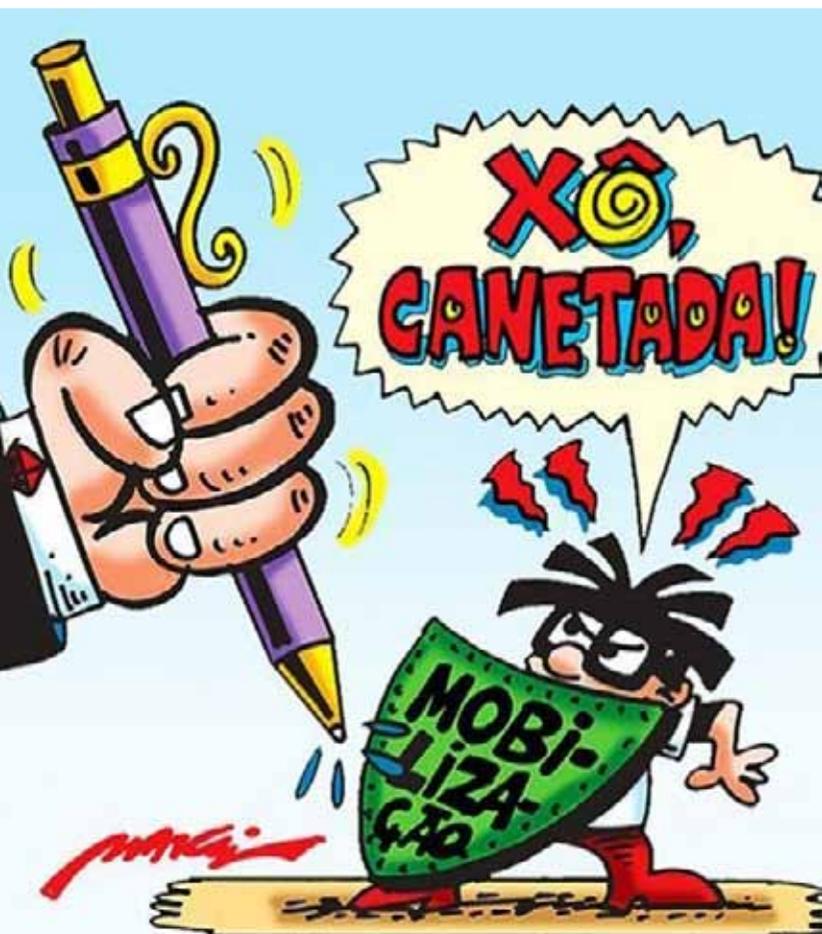
A direção da Caixa resolveu partir com tudo contra a FUNCEF e viola todos os direitos dos participantes e assistidos. Depois de demitir arbitrariamente o diretor-presidente, o diretor de Participações e a diretora de Investimentos da Fundação, cassou os mandatos dos eleitos no Conselho Deliberativo e Fiscal. Os mandatos dos conselheiros, eleitos em 2016, deveriam acabar no ano passado, mas foram prorrogados por conta da pandemia do novo coronavírus.

Sobre as demissões dos diretores, uma matéria do site Investidor Institucional aponta que a substituição se deu por "falta de empenho em se livrar" dos diretores eleitos, considerados "comunistas"

pelo presidente da Caixa, Guimarães, e a negativa por parte dos diretores para o investimento na IPO da Caixa Seguridade.

O encerramento do mandato dos conselheiros eleitos teria como base um parecer jurídico, considerado questionável. A decisão quebra a paridade de representação nos conselhos Deliberativo e Fiscal, estabelecida pelo Estatuto da Fundação e pela Lei Complementar 108/2001.

As entidades representativas também são contra investir recursos dos participantes na IPO da Caixa Seguridade e reforçam que a FUNCEF e os recursos dos trabalhadores não pertencem à Caixa e não devem servir aos interesses do projeto privatista da direção do banco, que atua sob o comando do governo federal.



Nota aos participantes da Funcef

Caixa cassa mandato de representantes eleitos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal

As entidades representativas dos empregados da Caixa Econômica Federal subscrevem esta nota a fim de externar total repúdio em relação à postura da Caixa frente à cassação dos mandatos dos representantes eleitos nos Conselhos Deliberativos e Fiscal (CD e CF) da Fundação dos Economizadores Federais (Funcef).

Tais ações causam graves consequências, visto que a Caixa promove uma gestão temerária na Fundação, pois rompe a paridade entre participantes e patrocinadora na composição dos Conselhos, o que fere frontalmente a Lei complementar 108/2001, que trouxe a garantia de uma participação minimamente paritária dos participantes nos fundos de pensão. A referida lei completará 20 anos no próximo dia 29 de maio.

Ao colocar em prática uma gestão temerária na Funcef, a Caixa está colocando em risco a governança da Fundação – terceiro maior fundo de pensão do país –, que administra mais de R\$ 80 bilhões de patrimônio dos planos de benefícios, e possui mais de 140 mil participantes.

É de extrema urgência esclarecer a gravidade da situação!

Em reunião do Conselho Deliberativo (CD), ocorrida no dia 11/05, representantes da patrocinadora decidiram encerrar os mandatos dos conselheiros eleitos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, com base em um questionável parecer jurídico, cuja área, vale esclarecer, é subordinada aos representantes da patrocinadora. Tais mandatos estavam sendo prorrogados pelo fato do processo eleitoral de 2020 estar sendo inviabilizado pelas constantes manobras autoritárias e antidemocráticas dos representantes da patrocinadora junto à Comissão Eleitoral e ao Conselho Deliberativo da Fundação.

Entendemos que a disputa deveria acontecer no campo democrático, no campo das ideias, como ocorre desde 2002, respeitando-se que quem define e elege seus representantes é o participante e não a Caixa, que quer impor seu inexistente direito de definir quem pode e quem não pode participar do pleito. Também vale lembrar que a Caixa quer impugnar a candidatura de todo participante que tem ação contra a Funcef (coletiva e/ou individual) alegando conflito de interesses. A Caixa terceirizou o passivo trabalhista para os participantes e agora usa do contencioso para impedir a participação no processo eleitoral.

Estas tentativas de violação do Estatuto da Funcef e dos direitos dos beneficiários e assistidos têm sido uma constante pelos representantes da Patrocinadora. O mesmo acontece com as tentativas de alteração do plano Não Saldado.

Em busca de soluções que atendessem às expectativas dos participantes, preservando o direito à participação de todos no processo eleitoral, bem como a manutenção da paridade nos Conselhos, as entidades promoveram reunião com o presidente do conselho deliberativo da FUNCEF em 17/05 que, após, encaminhou propostas tiradas na reunião, à análise e decisão dos conselheiros da patrocinadora e da área jurídica da Fundação.

Infelizmente, no dia 21/05 último, tivemos o retorno de que nenhuma das propostas seria aceita e estavam mantidas todas as disposições da reunião do Conselho Deliberativo (CD) do dia 11/05, mutilando o direito democrático de participação no processo eleitoral e destruindo a paridade de representação nos conselhos.

Sendo assim, denunciando os últimos movimentos acontecidos na Funcef, as entidades representativas que assinam este documento reafirmam o compromisso de defender a governança da Fundação. A tentativa, infrutífera, de conciliação feita em 17/05 é parte de um processo de resistência deflagrado pelas entidades representativas que terá sequência junto aos órgãos de controle da previdência complementar, nas esferas políticas e judiciais cabíveis. Por isso, conclamam todos os participantes a se unirem na defesa da Funcef, na defesa dos participantes, na gestão dos nossos recursos e por eleição já, com a ampla participação de todos.

Medo e expectativa

A cada reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) na Bahia - criada para definir os grupos prioritários para a vacinação no Estado -, a ansiedade cresce nas agências da Caixa. A expectativa dos empregados é pela inclusão no grupo prioritário da imunização contra a Covid-19. Uma demanda justa, afinal estão na linha de frente de atendimento à população desde o início da pandemia, em março de 2020.

No ano passado, atenderam mais de 100 milhões de brasileiros. O banco quase todo dia era notícia, em decorrência das filas geradas nas áreas externas. Neste ano, não mudou muita coisa. A nova rodada do auxílio emergencial contempla 45,6 milhões de brasileiros.

Mesmo que alguma parcela

dos beneficiados consiga resolver tudo digitalmente, o fluxo de pessoas nas agências é grande. O número alto de empregados contaminados mostra a exposição. De janeiro a março, cerca de 8 mil trabalhadores testaram positivo para a Covid-19.

Outro dado chama atenção. No primeiro trimestre deste ano, o setor bancário realizou 152 desligamentos por morte, crescimento de 176,4% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram registrados 55 desligamentos decorrentes de óbito. A explosão dos casos de Covid-19 no país no início deste ano pode ser uma explicação.

As demais categorias de trabalhadores também registraram alta (71,6%), de acordo com o Dieese (Departamento



Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O índice, no entanto, é bem inferior ao dos bancários. Diante desse cenário, não tem como o dia a dia não ser difícil. O medo de contrair a doença e passar para os familiares é constante.

O cansaço e estresse do dia a dia se somam à angústia de ainda não terem sido incluídos no grupo prioritário para vacinação. Na Bahia, diversos seg-

mentos estão sendo imunizados. Não dá para negligenciar com aqueles que ajudam a manter a economia funcionando.

Graças ao trabalho dos empregados da Caixa milhões de famílias estão conseguindo sobreviver e levar comida para a mesa em um dos momentos mais duros da história do Brasil. Dar prioridade aos bancários no plano de imunização é reconhecer todo esse esforço.



AGECEF solicita audiência com a Sesab

Preocupada com a exposição dos empregados da Caixa à Covid-19, a AGECEF solicitou audiência com o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas. O objetivo é discutir a inclusão dos bancários no grupo prioritário para vacinação.

Paralelamente à iniciativa da AGECEF, o Sindicato dos Bancários da Bahia e a

Federação da Bahia e Sergipe realizaram uma reunião com o secretário, também para cobrar a imunização dos trabalhadores das agências.

Fábio Vilas-Boas se mostrou sensível e se comprometeu em avaliar um estudo apresentado pela Federação. Ele destacou ainda que, a partir da próxima semana, a recomendação nacional é de que a va-

vacinação seja prioritariamente por idade. Sendo assim, 80% das doses serão por faixa etária e 20% por grupos.

Vacina é a única solução

Especialistas reforçam a importância em priorizar os trabalhadores da linha de frente na campanha de vacinação, como é o caso dos empregados da Caixa. Destacam que normalmente trabalham em ambientes fechados, com atendimento ao público e estão mais expostos ao vírus.

Alertam ainda que as medidas de prevenção são fundamentais para reduzir os riscos de contaminação, como distanciamento social e boa ventilação no ambiente de atendimento bancário. Só que denúncias apontam o descumprimento dos protocolos em alguns locais.

O projeto Dossiê Covid-19, feito pelas entidades representativas, mostra que 70% dos empregados da Caixa indicam que no local de trabalho falta ventilação e há contato próximo com clientes ou colegas de trabalho.

Adoecimento preocupa

Além da sobrecarga de trabalho, da cobrança diária por metas, os empregados da Caixa ainda têm de lidar com o medo constante da Covid-19. A pressão é absurda e muitos acabam com problemas de saúde e precisam se afastar das atividades.

Atenta ao cenário, a AGECEF-BA realiza uma pesquisa sobre afastamento por motivo de doença. O objetivo é identificar e compreender os impactos da rotina de trabalho atual na saúde dos trabalhadores do banco.

Seja na linha de frente de atendimento ou no home office, os empregados da Caixa mostram a todo o país que o banco 100% público é essencial na execução de políticas públicas. Mas, é preciso cuidar também de si. Por isso, é fundamental que os gestores participem.

O levantamento é muito rápido e direto. Com o resultado, a AGECEF-BA vai poder planejar ações de proteção à saúde, junto à FENAG. Para responder, basta acessar <https://forms.gle/mGgwe37QFnQ12i-tH6>. A identidade é mantida em sigilo.



Jornada que adoece e mata

Pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) comprova: as longas jornadas de trabalho contribuem para aumentar o número de mortes por doenças cardíacas e derrames. O índice de óbitos cresceu 29% entre 2000 e 2016.

A estimativa é de que 745 mil pessoas tenham perdido a vida em 2016 pelo excesso de trabalho. O estudo alerta que a pandemia do coronavírus agravou o problema. Para frear a contaminação, milhões de pessoas passaram a trabalhar de casa, sem controle de jornada. Um prato cheio para os abusos.

Em muitos casos não há mais limite. O

trabalhador tem de ficar conectado 24 horas, de domingo a domingo. Se deixar alguma demanda passar, corre o risco de perder o emprego ou sofrer punição.

Os empregados da Caixa sabem bem como é. Muitas vezes, trabalham 12 horas por dia. Quem está em home office não escapa das consequências das jornadas longas. Segundo a pesquisa, o teletrabalho aumentou a jornada em cerca de 10%.



É NOTÍCIA

Vacinação contra a gripe

A Caixa excluiu os aposentados da campanha de vacinação contra a gripe (H1N1). Também não vai reembolsar ou abrir a vacinação para os dependentes. Apenas os empregados da ativa podem solicitar o pagamento, limitado a R\$ 95,00. Quem quiser se vacinar em clínicas e laboratórios tem até 30 de julho para solicitar o reembolso.

Prazo para o CPA-20

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE) enviou ofício à direção do banco, solicitando a prorrogação do prazo para os gerentes gerais apresentarem a certificação CPA-20, da Anbima. O prazo inicial é 1º de julho, mas devido à pandemia, a certificação está suspensa pela Anbima e, pelo cronograma, as inscrições só serão retomadas em 15 de junho. Dessa forma, os profissionais terão pouquíssimo tempo para fazer o curso. A empresa ainda não respondeu à demanda.

Audiência denuncia venda

A política de desmonte praticada atualmente contra a Caixa, o único banco 100% público do país, foi denunciada em audiência pública, realizada na Câmara Federal. Os representantes dos empregados denunciaram a privatização da empresa, por meio da venda das subsidiárias.

Caixa lucra R\$ 4,6 bilhões

O lucro obtido pela Caixa nos três primeiros meses do ano reforça a importância do banco e do trabalho dos empregados para o país. O balanço foi de R\$ 4,6 bilhões, alta de 50% na comparação com o mesmo período de 2020. O desempenho reflete o esforço dos bancários, que atuam em condições precárias, com sobrecarga e cobranças de metas desumanas, para atender serviços essenciais como o pagamento do auxílio emergencial e de outros benefícios aos milhões de brasileiros atingidos pela crise sanitária.